



ATA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
REQUERIMENTO Nº 4735/2017

C.M.P.
7161/17
76
Roch

Aos 20 (vinte) dias do mês de fevereiro de 2018, às 10:00 horas, reuniu-se na Câmara Municipal de Ribeirão Preto, na Sala de Comissões desta Casa de Leis, a **Comissão Parlamentar de Inquérito**, constituída pelo Requerimento nº7161/17, tendo como objeto **PARA APURAR A AUSÊNCIA DE REGISTROS OFICIAIS SOBRE OS VALORES ARRECADADOS COM O ALUGUEL DO PARQUE PERMANENTE DE EXPOSIÇÕES NO ANO DE 2016, PODENDO TER OCORRIDO, EM TESE, ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E OUTROS ILÍCITOS** sendo por meio do ato da presidência nº35/17 publicado no DOM da edição de 24/11/17 nomeados os seguintes vereadores membros: **Orlando Pesoti (vereador proponente); Lincoln Fernandes e Elizeu Rocha** a esta reunião. E que o presidente da CPI declarou aberto os trabalhos para a realização da segunda oitiva, tendo a presença do convocado compromissado secretário municipal de Esportes Ricardo Aguiar. Antes de realizar o termo de compromisso, concedeu a palavra aos vereadores membros, com a palavra vereador Elizeu Rocha, fez os agradecimentos de praxe notadamente a imprensa, corpo técnico da Casa e do próprio convocado, destacando ser muito importante a oitiva de hoje em decorrência dos fatos mencionados pelo secretário Edmilson da secretaria de Turismo, face ao abandono do Parque de Exposições. O vereador presidente destacou a informação prestada pelo secretário de Governo Nicanor Lopes no sentido de que não foi deixado nenhum registro referente a Administração Municipal anterior demonstrando o descalabro administrativo. O vereador presidente promoveu a leitura do termo de compromisso: *O senhor está aqui na condição de funcionário **convocado** e tem o compromisso de dizer a verdade, sob pena de ser processado criminalmente (art. 32, §2º, III, Lei Orgânica c.c. art. 342 do Código Penal). A CPI assegura ao Senhor a garantia constitucional contra a autoincriminação e, conseqüentemente, do direito ao silêncio caso o sr. entenda que alguma resposta possa implica-lo.* Esperamos, todavia que o Sr. esteja disposto a contribuir com o esclarecimento dos

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



C.M.R.P.
7161/17
77
Rorb

acontecimentos, na busca da verdade real dos fatos. O presidente iniciando a oitiva do secretário convocado perguntou se foi feito algum inventário do material existente, prestação de contas relacionadas as receitas e despesas, bem como o que foi arrecadado e investido até o momento no Parque Permanente de Exposição quando assumiu a secretaria dos Esportes. O secretário fez os agradecimentos de praxe e que está à disposição para melhor orientar os trabalhos da CPI, afirmando que no dia 02/01/17 assumiu a secretaria estava com diversas dificuldades de informações dentre elas: computadores formatados entre outras questões, e promoveu nos 15(quinze) dias iniciais fez o levantamento da estrutura de Esportes mencionando a existência de: 39(trinta e nove) campos de futebol; 05(cinco) quadras; 02(dois) complexos; 42(quarenta e duas) academias ao ar livre sendo 22(vinte e duas) da iniciativa privada e 20(vinte) do poder público; e quanto ao Parque Permanente que até junho de 2015 pertencia a CODERP e foi encaminhado desta data para a secretaria de Esportes permanecendo até setembro de 2017, na segunda semana de janeiro comparecendo ao Parque Permanente observou o abandono do local já relatado pelos membros da CPI sem nenhuma condição de uso básica com falta de banheiros, edificação totalmente danificada entre outras questões, e imediatamente requisitou o levantamento do inventário do local entre a parte administrativa, bens móveis e tudo que se encontrava no Parque, sendo entregue este documento no dia 18/01/17, e buscando levantar nos arquivos o que tinha sido deixado pela administração anterior não foi constatado qualquer inventário ou documentação similar, e após o inventário foi encaminhado para a secretaria de Turismo, sendo uma área totalmente vulnerável do ponto de vista de segurança, controle de acesso de pessoas, destacando que os muros foram quebrados, e refeitos até mesmo pelos organizadores de eventos, ao menos 12(doze) vezes os muros foram refeitos, por essa razão reconhece a dificuldade de segurança e acesso. Afirmando que toda a documentação requisitada a secretaria de Turismo relacionada aos Esportes já foi entregue, os quais também serão apresentados perante a esta CPI no prazo de 30 dias. Informou que no período de 01(um) ano foram feitos aproximadamente 14 (quatorze) boletins de ocorrência com furtos diversos desde fios, ar condicionado, e que muitas vezes entravam sem mesmo violação do local causando maior preocupação porque quem entra num departamento sem violação o que motivou a troca de todas as fechaduras, dos quais estes boletins de ocorrência foram entregues para a secretaria de Turismo. O

A

JK



presidente da CPI destacou que o ex secretário de Esportes Lair Luchesi Júnior deixou registrado todas as informações decorrentes ao Parque Permanente de Exposições ou este procedimento não foi encontrado pelo secretário quando assumiu a secretaria em janeiro de 2017. O convocado afirmou que em janeiro de 2017 não recebeu qualquer informação da Administração anterior. O vereador presidente perguntou se arquivos foram apagados e computadores formatados. O convocado informou que aconteceu justamente estes fatos, em que o almoxarifado que em qualquer local necessita de controle absoluto existiam precisamente 54 pastas no computador e todas vazias. O vereador Lincoln Fernandes fez os agradecimentos de praxe se desculpando pelo atraso, feito isso, ressaltou ser seríssima as questões dos arquivos apagados supostamente tratam-se de eliminação de provas, com isso perguntou se os funcionários que participaram da Administração anterior foram questionados sobre estes acontecimentos. O convocado afirmou que os funcionários eram todos comissionados, e foi feito o levantamento de informações inclusive com funcionários de outros setores os quais informavam que quem era responsável não se encontravam na secretaria. O vereador Lincoln perguntou se o sumiço destas informações foi para prejudicar a gestão do secretário ou para esconder algo de errado, exemplificando no calendário oficial a realização do rodeio dentre outros eventos, com isso a receita decorrente destes eventos sumiu. O convocado afirmou que exatamente, em que inicialmente sim, porque nos computadores não foi encontrado absolutamente nada, não sabendo julgar qual foi real motivo da eliminação destas informações cabendo a justiça julgar esta situação pelo próprio fato que as pessoas que antecederam o secretário estão presas, valendo destacar que intrigou esta situação pois a exemplo de 2016 ocorreram inúmeros eventos em 2017 os quais foram todos catalogados, com contratos, recolhidos diretamente para a secretaria da Fazenda e revertidos para os cofres municipais, por sua vez, observou que havia lago errado oportunidade que diligenciou no arquivo morto revirando inúmeras caixas decorrente do levantamento de 2016 encontrando inúmeros documentos dentre eles: planilhas, recibo de arrecadação preenchidos manualmente outros impressos referentes as locações, de uso assinado por inúmeras pessoas que trabalhavam na secretaria até mesmo do ex secretário Lair Luchesi Júnior, com menção de recursos de arrecadação porque cada recibo tinha valores diferentes, destacando a CPI averiguar este questão, causando grande curiosidade no secretário. O vereador

7161/17
Rasp



Lincoln determinou para constar em ata o fornecimento desta documentação. O convocado informou que estes documentos já foram encaminhados para a secretaria de Turismo encaminhar para a CPI. O vereador Lincoln perguntou se o secretário lembra do conteúdo destes documentos. O convocado destacou que não porque trata-se de um calhamaço de recibos e outras documentações que nem mesmo pertencia a secretaria de Esportes promovendo a triagem dos documentos para aqueles relacionados ao Parque de Exposições, enfatizando que alguns documentos eram planilhados em planilhas de Excel tratando-se de um meio vulnerável de controle de arrecadação, destacando que esta análise deverá ser feita de forma específica e profissional justamente para identificar qualquer irregularidade, afirmando que toda documentação encontrada pela secretaria de Esportes foi entregue na íntegra para a secretaria de Turismo. O vereador Lincoln descrevendo um exemplo prático discorreu sobre a ocorrência de vários eventos no Parque, perguntando ao convocado se foi encontrado algum tipo de recibo de evento, no propósito de realizar a comparação do mesmo evento realizado em 2016 e 2017, referente a diferença de valores e apresentar o valor arrecadado se existiu alguma disparidade de valores em relação aos mesmos eventos em anos diferentes. Neste mesmo pensamento o vereador presidente perguntou se secretário constatou algum documento que chamou a atenção sobre indícios de desvio pelo ex secretário Luchesi. E ainda, o vereador Elizeu perguntou se foi realizado o boletim de ocorrência quanto aos computadores formatados e se foi feita alguma auditoria. O convocado destacou que os boletins de ocorrência foram feitos e não foram entregues para a secretaria do Turismo, porque pertencem a secretaria de Esportes mas encaminhará para esta CPI, quanto ao que chamou atenção foi o fato de que o Parque é dividido em 42 setores geograficamente separados através de planilhas e mapas, neste ponto a maioria dos recibos não tinham menção ao setor locado, tendo como menor preço R\$215,59 variados em preço não mencionando o setor, foi calculado por área por exemplo R\$215,00 se refere ao C12(quiosque), e que esta tabela veio da CODERP e foi atualizado em fevereiro de 2017, outro fato que causa surpresa é não ter qualquer referência do setor pela administração passada, e que na sua administração ficou tudo organizado com recolhimento, emissão de contrato, recolhimento na secretaria da Fazenda, comprovação de cheque calção do recolhimento feito na Fazenda para o Esportes, liberação do local e estrutura, enfatizando de forma clara que toda documentação encontrada até dezembro de



2016 em inteiro teor foi entregue para a secretaria de Turismo e será enviada para a CPI. O vereador presidente perguntou se esta forma de fazer o registro de forma manual pode ser classificada como amadora para zelar pelo erário. O convocado afirmou que perfeitamente era amadora. O vereador Lincoln perguntou se foi uma forma clandestina utilizada pela secretaria de Esportes até 2016. O convocado destacou que clandestina não pode ser classificada porque para configurar ser clandestina necessitaria da participação da secretaria da Fazenda, porém não foi realizado de acordo com o procedimento correto utilizado pela secretaria dos Esportes em 2017. O vereador Lincoln perguntou se estes documentos se referem parcialmente a quais assuntos, podendo ser afirmado o sumiço de documentos. O secretário informou dada a ausência dos relatórios dos documentos que aconteceram em 2016 e tinham alguns recibos da realização dos mesmos, fica contraditória esta situação porque não foi catalogado nenhum evento até 2016, exemplificando se ocorreram 20 eventos e tenho 20 recibos está correto, agora se existiram 20 eventos e tenho 03 recibos está errado, não conseguindo quantificar porque é inexistente o relatório dos eventos que foram realizados, que faltavam recibos dos eventos realizados inexistindo relatórios do que foi realizado antes de 2017, quanto aos funcionários eram comissionados e o único servidor efetivo o processo de locação não passava por ele, em que acredita que todos os processos de locação passava pelas mãos do ex secretário Lair Luchesi Júnior não podendo afirmar com exatidão, alguns recibos com assinatura do ex secretário e outros sem qualquer assinatura por isso não podendo afirmar que passou pelas mãos de alguém porque não existem registros destas informações. O vereador Elizeu perguntou se os valores destes recibos foram feitos estes depósitos na secretaria da Fazenda se isto foi verificado, porque o atual secretário de governo Nicanor de Lopes afirmou que estes valores não apareceram no caixa da prefeitura, perguntando ainda qual valor recebido em caixa decorrente do ano de 2016. O convocado afirmou que referente a primeira pergunta como mencionado pelo secretário de governo realmente a secretaria de Esportes não recebeu nada em caixa, o que ocasionou grande incômodo ao secretário levando a situação de fazer o procedimento de busca para formar prova física do ocorrido foi quando promoveu a busca em vários arquivos em locais absolutamente distintos de origem que seria do departamento administrativo. Quanto à segunda pergunta no que se os valores foram emitidos para a secretaria da Fazenda e já estão na secretaria do Turismo e

h
3/17



Reg. 716/17
81
Rach

os documentos serão encaminhados para a CPI dentro do prazo de 30 (trinta) dias, apresentando exatamente os valores de entrada e o que foi recolhido no período. O vereador presidente Orlando Pesoti perguntou que referente ainda aos documentos encontrados pelo secretário se houve algum que mais chamou a atenção no sentido de ser comparado com o mesmo evento entre 2016 e 2017, no sentido se estava muito diferente os valores. O secretário afirmou que não havia menção de localização, e que o problema é justamente no fato de que não havia menção ao aluguel dos setores (áreas) por essa razão ficou prejudicado comparar os preços na tabela porque era inexistente o setor locado. Afirmando também que existem documentos referente ao ano de 2015, mas tendo o mesmo problema de falta de referência do setor locado. O presidente da CPI exemplificou o evento João Rock que aconteceu em 2016 e 2017 perguntando se existe esta diferença gigantesca dos valores cobrados. O convocado afirmou que não foram encontrados estes contratos, não tem como fazer comparativo e não existia contratos e setores. O vereador Lincoln perguntou quanto custou a locação deste mesmo evento em 2017. O secretário afirmou que momentaneamente não se recorda, mas realizou este levantamento e se encontra nas mãos da secretaria do Turismo. O vereador Lincoln destacou que tudo está supostamente levando para o desvio de dinheiro, com isso embora o Parque esteja deteriorado é locado gerando receita, neste sentido perguntou quanto que o Parque de Exposição arrecadou no ano de 2017. O secretário destacou que aproximadamente o montante superior a R\$150.000,00 no ano de 2017, e que os recibos encontrados referentes aos anos anteriores de 2017 são bem a quem de R\$150.000,00. O vereador Lincoln diante destas informações destacou que aparentemente são fortes os indícios de desvio de dinheiro público. O convocado destacou o fato mais desafiador para CPI é realmente a falta de relatos da ocorrência destes eventos, porque é inexistente um fato que comprova a realização do evento, indagando que área foi utilizado, qual o valor arrecadado, dentre as 42(quarenta e duas) áreas existentes para locação dentro do Parque, ficando obscuro os valores arrecadados, não chegando os recibos apurados em 2016 o valor é bem inferior ao montante de R\$150.000,00. O vereador presidente destacou o fato de que como os recibos foram feitos de forma manual o recebimento dos valores também podem ter ocorrido de forma manual, amadora e clandestina de quem administrava a secretaria de Esportes porque estes valores não foram encaminhados para a secretaria da Fazenda perguntando ao secretário se está

Handwritten marks and signatures on the right margin.

Handwritten signature at the bottom right.



7161/17

302
Roub

correto este raciocínio, porque é expedida uma guia DARF para o pagamento da locação aos cofres públicos e devolvido para a secretaria da Fazenda e autorizado pela secretaria de Esportes. O secretário afirmou que está correto o raciocínio do presidente da CPI. O vereador Lincoln perguntou quem era o responsável pela locação do Parque Permanente se era algum dos comissionados exonerados. O secretário mencionou que não conseguiu identificar quem era o responsável pela locação e arrecadação dos valores de locação do Parque, e que os recibos na maioria eram de difícil identificação com assinaturas diferentes e em muitos casos eram meros rabiscos reafirmando que a CPI receberá todas estas documentações, justamente para ficar claro para a população do que foi e está sendo feito na secretaria de Esportes referente ao Parque Permanente na administração do recurso público. O presidente da CPI, destacou desde o início dos trabalhos desta CPI conseguiu perceber que algo estava errado na administração anterior do Parque Permanente, diante destes fatos observou que é possível a existência de desvio de dinheiro e finalidade. O convocado observou como fato real a ausência de relatos e documentos escritos, porque com a existência de registros tanto no Público quanto Privado é possível controle, agora somente documentos escritos e sem referência gerou questionamentos porque não é possível interpretá-los, gerando curiosidade e em face da existência desta CPI, enfatizou a necessidade de responsabilizar quem tem que ser responsabilizado, compartilhando a investigação justamente para demonstrar o poder fiscalizatório da Câmara, e diante desta transparência enalteceu a transparência por meio da lei publicada em 31/08/17 do vereador Alessandro Maraca para apresentar e publicar mensalmente o valor arrecadado e aplicado no Parque Permanente de Exposições, com esta atitude legislativa para o controle e transparência com o erário. O vereador Lincoln perguntou sobre a existência de inventário dos bens do Parque. O convocado reiterou o fato que fez o inventário sob a orientação da secretaria de Governo apurando tudo que existia pois não havia nenhum inventário da administração anterior que foi elaborado em 18 de janeiro de 2017, e podendo a CPI comparar com os bens que existem atualmente. O presidente perguntou em 2017 o dinheiro arrecadado com a locação do Parque foi utilizado para quê. O convocado mencionou que a lei retrata o uso para a manutenção e possível sobra poderá ser aplicado pela secretaria de Esportes, afirmou que foi utilizado uma pequena parte deste montante no fomento dos Esportes, e em decorrência dos inúmeros problemas ocorridos como roubos, furtos

||

||

||



C. 11112
7161/17
13
R. 13


no Parque Permanente como demonstrado pelos boletins de ocorrência ficou demonstrado ficar inviável qualquer aplicação do dinheiro, porque o Parque não carece de manutenção mas reforma ou até mesmo construção, diante deste cenário secretário utilizou uma pequena parte destes valores para o fomento do Esporte, e a grande parte dos valores foram depositados para Fundo do Pró Esporte Amador os quais serão encaminhados mediante lei para a secretaria de Turismo. O presidente perguntou se a entrega do Parque para a secretaria de Turismo foi iniciativa da própria secretaria dos Esportes ou determinação do governo. O convocado destacou que em várias reuniões foi verificado que todos os eventos realizados no Parque não estão relacionados com o Esporte, mas com o Turismo, e que a estrutura do Parque estava mais voltada para a secretaria do Turismo e não para o Esporte com isso concordou com esta transferência de administração do Parque Permanente para o Turismo. O vereador Elizeu perguntou que quando a mudança para a secretaria de Turismo foi encaminhado algum valor. O secretário informou que preliminarmente já pede a ajuda para os vereadores para a aprovação do projeto de lei, pelo fato que ainda não foi encaminhado nenhum valor do Fundo Pró Esporte Amador, porque a transferência somente pode ser realizada mediante lei para a secretaria de Turismo. O vereador Elizeu destacou que segundo consta na lei o valor arrecadado com o aluguel do Parque tem que ser utilizado na própria manutenção do Parque, com isso se não foi gasto nenhum centavo na manutenção do Parque, ao contrário sendo deteriorado o patrimônio, indagando se é legal o destino de dinheiro do Parque para o Fundo Pró Esporte Amador. O secretário destacou que a lei permite a utilização dos recursos, e analisando o registro dos recursos pois no setor público só é possível dentro dos limites da lei, destacando que durante o ano de 2017 foram realizados inúmeros estudos sobre a o Parque Permanente, como concessão da área, inúmera empresa demonstrando interesse levantado a possibilidade de ser realizado PPP porém os recursos em ponto de start são muito altos o que inviabilizou, e naquele momento a aplicação de qualquer recurso para a manutenção seria irresponsabilidade porque poderia ser destruída ou furtada no dia seguinte por isso não houve a aplicação na manutenção bem como a possibilidade de concessão conforme recentemente informado pelo secretário de Turismo. O presidente perguntou se existiu algum fato que chamou a atenção durante os trabalhos da CPI e se existe algum fato que tem interesse de apresentar e acrescentar para o bom trabalho desta CPI. O convocado destacou a necessidade de responsabilização das

1

13

13



eventos na mesma data o que poderá causar grandes incômodos para todos principalmente para a população, destacando que nas próximas semanas será encaminhado para esta Casa projeto de lei para a transferência de administração do cartódromo da secretaria de Esportes para o Turismo. O vereador Lincoln fez os agradecimentos finais destacando a presença dos vereadores não membros: Boni e Adauto Marmita, enfatizando que após os relatos e informações apresentadas pelo secretário convocado fica no mínimo a clara ocorrência do crime de improbidade administrativa, destacando que o próprio inquérito civil instalado foi em razão da provocação da CPI, e também para buscar o caminho destes recursos que aparentemente sumiram do caixa da prefeitura ocasionado pela administração anterior, aparentando o Parque como instrumento a favor de alguns para benefícios particulares e não públicos. O secretário convocado enalteceu os trabalhos investigativos da CPI no sentido de proteger o dinheiro público que é preocupação da Administração Pública atual por meio do prefeito, e que a secretaria de Esportes e o próprio secretário ora convocado tem preocupação até pessoal na defesa do dinheiro público agradecendo a oportunidade de se manifestar e reafirmando o compromisso que se encontra a disposição para fazer qualquer esclarecimento adicional. O vereador Elizeu agradeceu pela presença do secretário convocado, vereadores membros e que o objetivo é cumprir o dever do vereador de fiscalizar para proteger o dinheiro público, e reiterou a necessidade deste posicionamento da Administração Pública demonstrando de forma transparente para os munícipes o respeito ao erário. Nada mais havendo foi encerrada e reunião de instalação da CPI, às 11:15 horas, da qual, para constar lavrou-se a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai por todos assinada, sendo gravada integralmente por meio audiovisual, a qual foi mim digitada Luiz Fernando Peres( auxiliar legislativo cargo efetivo desta CMRP.


ORLANDO PESOTI
Presidente CPI


ELIZEU ROCHA
vice-presidente


LINCOLN FERNANDES
Relator

